



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANÁLISE DE RISCO

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

- **Objeto:** Estudo Técnico Preliminar para abertura de processo para aquisição de um veículo conforme descrição em anexo, para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) oriundo do convenio nº 2830/2025.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A realização da aquisição do referido veículo se faz necessária para que o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS tenha um transporte adequado para a realização de atividades de oficinas vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no interior do município e o deslocamento da equipe para realizar este serviço, melhoria ao executar o acompanhamento das demandas atendidas pelo CRAS, onde as técnicas responsáveis fazem visitas em domicílio para acompanhamento, monitoramento e averiguação de denúncias, facilitar o trabalho das técnicas promovendo melhor eficácia aos serviços prestados, com o deslocamento seguro.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir constituído o referido plano.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O setor que irá usufruir deste processo será a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social através do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Não se aplica

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO



Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a necessidade apontada, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

Nesse sentido, a solução possível para a referida demanda trata-se da realização de processo de credenciamento, que permitirá atender as demandas da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para fins de elaboração do cálculo do valor estimado, foi realizada uma ampla pesquisa de preços pelo Setor de Compras, onde foram considerados parâmetros previstos em contratações similares de outros entes públicos e pesquisa junto à *sites* e distribuidoras, verificada a razoabilidade da aferição do preço médio.

O valor total estimado é de R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), deste valor o município pagará 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais) como contrapartida e o restante através do convenio com o Estado através de Emenda Parlamentar nº 2830/2024.

Salienta-se que, trata-se de estimativa de preços preliminar voltada à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. Para fins de orçamento final para a contratação dependerá do resultado final do processo licitatório, onde que a autoridade ou setor/órgão competente poderá realizar pesquisa de preços complementar.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se aplica.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se como resultado proporcionar deslocamento seguro e ágil para o desenvolvimento dos trabalhos ofertados no interior do município, e também melhoria ao executar o acompanhamento das demandas atendidas pelo CRAS.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



Não se aplica, pois a aquisição não exige nenhuma adaptação previa no ambito da Administração Municipal. Neste sentido, caberá à Administração Municipal observar e designar os critérios referentes à fase interna da contratação.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Para esta solução, a contratação que guarda relação/afinidade com o objeto da contratação, oferecer atendimento específico e confiável para as necessidades de sobrevivência da paciente.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Terezinha Nivolanda Bilhan de Moraes:
Secretaria de Ação Social

Terezinha N. B. Moraes
TEREZINHA NIVOLANDA BILHAN DE MORAES
Secretária do Trabalho e Ação Social
Autor

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

1- RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1		Deficiência na definição da demanda	
Probabilidade	Média	Dano potencial	
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda	
Ação Preventiva		Responsável	
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de Planejamento da Contratação	



Capacitação de servidores; Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais.	Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato, Secretário Municipal
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual	
Ação de Contingência	Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.	Secretário

Risco 5	Descumprimento das entregas.	
Probabilidade	Alta	Dano potencial
		Responsabilização objetiva das empresas, falta de cestas básicas para suprir as necessidades básicas da população carente.
Ação Preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Secretário
Ação de Contingência		
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato, Secretários

Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
Risco 2	Risco 1	Risco 5
Risco 3	Risco 4	-



Através da matriz, percebe-se que os Riscos 1, 4, 5 poderão comprometer o resultado da contratação. Desse modo esse risco deve ser mitigado por meio de ações de prevenção registradas nesse processo administrativo. Os Riscos 2 e 3 devem ser aceitos, providenciando-se as medidas de mitigação.

TEREZINHA NIVOLANDA BILHAN DE MORAES
Secretário de Trabalho e Ação Social
Autor